

História

Prof. Juliano Marques

O “CORONELISMO”

O coronelismo foi a prática política utilizada durante a república velha para fazer com que os interesses das oligarquias não fossem questionados. Através dos coronéis – grandes chefes políticos – as oligarquias exerciam o controle político nos municípios e com isso, manipulavam as eleições. Os coronéis – que geralmente eram grandes fazendeiros – exigiam que os eleitores do município votassem nos candidatos apoiados por ele. Para que isso acontecesse, os cabos eleitorais já entregavam as cédulas de votação já preenchida aos eleitores. Esta prática é conhecida com voto de cabresto. Aquele eleitor que não votasse no candidato do coronel sofria sérias retaliações – inclusive a morte – já que o Coronel possuía um número grande de jagunços armados e que obedeciam cegamente as ordens do Coronel. É interessante ressaltar que o voto, naquela época, não era secreto, como hoje. Na República Velha, o sistema eleitoral era voltado para a manutenção das oligarquias no poder, uma vez que o voto era aberto, ou seja, todos viam em quem estava se votando. O coronel controlava as eleições e os eleitores. Se, por exemplo, um candidato da oposição tivesse muito voto, ou o seu candidato não conseguisse uma quantia boa de votos, o coronel mudava os resultados das eleições na confecção da Ata de Eleição. Por isso é que essas eleições eram chamadas Eleições-à-bico-de-Pena (uma referência do tipo de caneta usado naquela época). O poder de um coronel local era medido pela quantidade de jagunços e armas que possuía e pela quantidade de voto que ele conseguia arrecadar, daí o conceito de “Curral Eleitoral” que existe até hoje. Existia, ainda, a Comissão de Verificação dos poderes que validava ou não os resultados das eleições. Se, por exemplo, em um determinado local vencesse um candidato da oposição, a Comissão de Verificação dos Poderes anulava aquela eleição sob a alegação de que houve fraude. O sistema coronelístico funcionava, entretanto, como uma via de mão-dupla. Ou seja, se o coronel garantisse a eleição de pessoas ligadas às oligarquias estaduais e federais e que não fossem questionar a ordem das coisas, o mesmo recebia dessas mesmas oligarquias, alguns “favores”, tais como obras, hospitais, médicos, escolas. Era uma espécie de toma-lá-dá-cá. O eleitor, assim, via o seu voto como um instrumento de conseguir alguns favores do coronel – um emprego público,

por exemplo. E com isso ele não via no voto como um instrumento capaz de mudar a realidade. O eleitor passa a ser então uma espécie de cliente do coronel, que se torna um “distribuidor dos bens públicos”. A essa visão utilitária do voto enquanto algo que pode gerar algum benefício privado junto ao coronel político dá-se o nome de clientelismo.

POR QUE ACONTECERAM TANTAS REVOLTAS REBELIÕES POPULARES NO BRASIL NO INÍCIO DA REPÚBLICA?

A República que tinha, ao menos teoricamente, de resolver os principais problemas do povo, uma vez que o seu significado é coisa do povo. Entretanto, não foi isso o que aconteceu. A república no Brasil foi proclamada para atender aos interesses dos grandes cafeicultores e dos grandes proprietários rurais que se sentiram traídos pela monarquia que aboliu a escravidão no Brasil. Assim, a república no Brasil não veio atender aos interesses mais gerais do povo brasileiro e sim, atender aos interesses mais particulares daqueles que sempre exerceram o poder e lucraram com as mazelas do povo. E é exatamente por esse ângulo de visão que se pode explicar a eclosão de tantas revoltas populares no Brasil durante a República Velha. Não que a massa excluída soubesse do significado do termo República, mas mais pelo fato de terem chegado ao limite da exploração e da exclusão social. O Brasil já não era um país exclusivamente rural como na época do Império. As cidades haviam crescido e os meios-de-comunicação de massa já exerciam certa influência sobre o povo. Assim, diante da exploração dos trabalhadores urbanos que eram submetidos a longas jornadas de trabalho, inclusive mulheres e crianças, e os camponeses que não viram nenhuma mudança após a proclamação da república, resolveram exigir mudanças. Também queriam um pedaço do bolo.

Revolta da Vacina: Rio de Janeiro, 1904: o governo federal, numa tentativa de livrar a capital federal de algumas doenças que já não existiam na Europa e que já possuíam vacinas, obrigou a vacinação obrigatória de todos os moradores. Entretanto, não houve uma campanha de convencimento da população, mostrando a importância de se vacinar. Além do mais, existia um forte fator cultural, uma vez que homens desconhecidos tocariam nos corpos das mulheres e de filhas, um ato considerado uma afronta aos bons costumes da época.

Revolta do Contestado: Santa Catarina, Paraná, 1912-1916: trata-se de uma revolta ligada à questão da terra e do monopólio da mesma pelos grandes proprietários. Cerca de 20 mil camponeses, sem terra, ocuparam uma extensa faixa de terra na divisa dos dois estados, exatamente na região onde se iria construir

uma estrada-de-ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. A empresa construtora, que conseguiu através de meios ilícitos – corrupção – a concessão para construir a estrada, também conseguiu uma extensa faixa de terra, cerca de 30 quilômetros (15 em cada lado da estrada-de-ferro), expulsando, dessa forma, milhares de camponeses. Além do mais, a empresa comprou mais 180 mil hectares de terra, expulsando mais outros milhares de trabalhadores. Juntando a esse clima de revolta e de insatisfação, assiste-se, também, a um fator explosivo: o messianismo (a crença na volta do messias salvador). O líder do movimento, o beato José Maria defendia a criação de um mundo novo, baseado na lei de Deus, e para tanto contou com a ajuda de duas profetisas – chamadas de “as virgens” – que confirmaram, através de profecias que eram atribuídas ao Espírito Santo de Deus, as doutrinas do beato. Estava pronto o barril de pólvora: povo explorado sem ter onde trabalhar e a promessa de Deus de que eles teriam uma terra, onde jorrassem leite e mel, para trabalhar. O Exército Brasileiro, a polícia local e os jagunços dos coronéis não foram complacentes e não tiveram misericórdia. Com armas modernas e aviões de reconhecimento, eliminaram a resistência, matando milhares de brasileiros sem terra.

Revolta da Chibata: Rio de Janeiro, 1910: a marinha do Brasil, mesmo após a abolição da escravidão e a proclamação da República, ainda se utilizava de castigos corporais para manter a disciplina da tropa. Estes castigos eram os mesmos a que os escravos eram submetidos na época da escravidão. Assim, diante de uma punição extremamente violenta, os marinheiros liderados por João Cândido – conhecido como Almi-



Combatentes da “Guerra do Contestado” - Foto de 1914

rante Negro – tomaram na noite do dia 22 de janeiro de 1910 os mais importantes navios de guerra brasileiros: os encouraçados Minas Gerais e São Paulo, expulsando os oficiais (matando, inclusive os que resistiram) e apontando os seus canhões para a sede do governo federal. Os revoltosos exigiam o fim dos castigos corporais, melhoria na alimentação e anistia para os rebeldes. Quatro dias depois, o presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, atendeu aos pedidos,

decretando o fim dos castigos corporais e a anistia aos rebeldes. Os revoltosos depuseram as armas. Mas logo em seguida, o governo federal começou a perseguição aos revoltosos, decretando a prisão e o desterro para a Amazônia de centenas de revoltosos. Vários morreram na prisão da Ilha das Cobras e durante a viagem para a Amazônia, muitos foram fuzilados. João Cândido conseguiu resistir à prisão da Ilha das Cobras e foi internado como louco no Hospital dos Alienados. Em 1912, a justiça absolveu todos os envolvidos.

O MOVIMENTO TENENTISTA.

Na década de 1920, os jovens oficiais do Exército Brasileiro não aceitavam a hegemonia política das oligarquias cafeicultoras e eram contrários à política que valorizava somente a produção de café em detrimento de outros setores da economia nacional. Esses militares – em especial os tenentes – sentindo-se prejudicados pelo sistema político que só favorecia os grandes fazendeiros, pelas fraudes nas eleições e pela corrupção, se revoltaram, e por diversas vezes, lutaram contra o governo. Estes militares exigiam a modernização na economia e a moralização do sistema político nacional, iniciando-se com a adoção do voto secreto.

A COLUNA PRESTES.

A coluna Prestes se iniciou com um pequeno núcleo de militares, liderados pelo militar Luís Carlos Prestes, que exigiam a moralização dos costumes políticos e a modernização do sistema político e da economia nacional, ou seja, tinham como base os ideais tenentistas. Aos poucos este movimento foi crescendo com a adesão de centenas de jovens oficiais e praças do exército, chegando a ter aproximadamente 1500 homens. Esta coluna percorreu o Brasil levando os seus ideais e combatendo os coronéis no interior. Em sua marcha, onde percorreram mais de 25 mil quilômetros, os combatentes denunciavam a miséria da população e constatarem de perto a exploração das camadas populares pelos líderes políticos locais. Assim, firmaram a convicção de que era preciso mudar a situação socioeconômica do Brasil e substituir o governo. A Coluna Prestes acabou se retirando na Bolívia. Luís Carlos Prestes veio a ser, logo depois, um dos maiores líderes comunistas do Brasil, respeitado no mundo inteiro.